

# Benefício de Prestação Continuada

*Braian Santos*

# ADVOCACIA NO BRASIL

**1.482.731**

Atualizado até 27/06/2024



# CURRÍCULO



**@oabjovem.mg**  
**@mimelocastro.adv**  
**@braiansantos.adv**



**@braiansantosadv**



**braiansantosadv.com.br**



## **Braian Santos Costa**

Advogado Previdenciário

Graduado em Direito

Especialista em Direito Previdenciário

Especialista em Direito do Trabalho

Especialista em Acidente do Trabalho e  
Doenças Profissionais

Atuando exclusivamente com Direito  
Previdenciário desde 2010

Presidente da Comissão de Direito  
Previdenciário OAB Barreiro

Prática Previdenciária Expressa

O que é?

**BPC**

**Lei nº 8.742/1993**

**Art. 20.** O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à **pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais** que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Não é aposentadoria!

É uma prestação mensal garantida pela **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**.

O valor do BPC sempre será de um salário-mínimo vigente.

Requisitos

BPC

NIT: CPF: Nome: Nome da mãe: Data de nascimento:

Relações Previdenciárias

Existem duas categorias de beneficiários:

B87

- **Pessoas com deficiência**, sem idade mínima estabelecida; e Impedimento a longo prazo (a partir de 2 anos)

B88

- **Idosos a partir dos 65 anos de idade.**

Idoso é a partir de 60 anos.

Requisito: Pessoa com Deficiência

BPC

NIT: CPF: Nome: Nome da mãe: Data de nascimento:

Relações Previdenciárias

Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem **impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode **obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade** em igualdade de condições com as demais pessoas.

**Obs:** Impedimento de longo prazo, aquele que produz efeitos **pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos**.

Avaliação pelo INSS

BPC

NIT: CPF: Nome:

Data: INFORMAÇÕES DA AVALIAÇÃO SOCIAL E PERÍCIA MÉDICA

Dados da Avaliação Social		
Situação	Data da Avaliação	Utilizada Avaliação Social Média
Concluído com Sucesso	06/06/2024	Não
Nome do Serviço	Local de Realização	Ordem
Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência	AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL IBIRITÉ	1
SIAPE do Assistente Social	CRESS	
2040436	9912	

Dados da Avaliação Médico Pericial		
Situação	Data da Avaliação	
Concluído com Sucesso	03/06/2024	
Nome do Serviço	Local de Realização	Ordem
Avaliação Médico Pericial BPC/LOAS		
SIAPE do Perito	CRM	CADMED
1790640		1110470
Indicador de Impedimento de Longo Prazo	Indicador de Agravante de Funções do Corpo	Indicador de Prognóstico Desfavorável
Sim	Não	Não

Fatores Ambientais					
	e1	e2	e3	e4	e5
	2	1	1	1	1

Atividades e Participação									
	d1	d2	d3	d4	d5	d6	d7	d8	d9
	0	0	0	0	0	0	2	2	2

Funções do Corpo								
	b1	b2	b3	b4	b5	b6	b7	b8
	1	0	0	0	0	0	0	0

Qualificadores Finais		
Fatores Ambientais	Atividades e Participações	Funções do Corpo
MODERADA	LEVE	LEVE

## Quesitos da Perícia Médica

**BPC**

NIT: CPF: Nome: Nome da mãe:  
Data de nascimento:

### Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Fun	Nome da Vínculo	Matrícula do Trabalhador	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.
3)			A parte autora apresenta perda ou anormalidade de alguma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (deficiência)?					
Indica			Limitação de movimento em membro inferior e membro superior direito.					
R								
Com						uneração	Indicadores	
0						826,00		
0						827,20		
1						937,20		
4)			Esse impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial pode ser considerado de longa duração (mínimo de 2 (dois) anos)?					
Indica			Sim.					
R								
Com						uneração	Indicadores	
0						887,20		
0						890,20		
0						,483,68		
10/2000		890,20	11/2000	1.047,58	12/2000	1.022,39		
01/2001		68,33	02/2001	968,89	03/2001	968,89		



# Respondendo as Perguntas

1/3

Requisito: Vulnerabilidade Social

**BPC**

NIT: CPF: Nome: Nome da mãe: Data de nascimento:

## Relações Previdenciárias

**1)** Ter renda familiar *per capita* igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo

**Obs:** o requisito de baixa renda pode ser relativizado na Justiça

**2)** Ser constatada a baixa renda/vulnerabilidade social em uma avaliação social na residência, por assistente social do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou nomeado(a) no Processo Judicial.

**3)** Estar inscrito e com a matrícula atualizada no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

**Obs:** Atualização deve ser realizada a cada 2 anos.

## Requisito: Hipossuficiência Financeira

**BPC**



**Ministério da Cidadania**  
Secretaria Nacional do Cadastro Único

## Comprovante de cadastro

***Sua família está cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal!***

### Dados da família

**Código familiar**

### Data de cadastro

Última atualização

Cadastro atualizado

01/06/2022

01/06/2022

SIM

Município onde está

**Faixa de renda familiar total**

**Faixa de renda familiar por pessoa (per capita)**

BELO HORIZONTE/MG

Até meio salário mínimo

Até R\$ 105,00

### Integrantes da família

Nome

**Data de nascimento**

**NIS, PIS ou PASEP**

### Estado cadastral

### Parentesco com o RF

## Cadastrado

Pessoa Responsável pela Unidade Familiar - RF

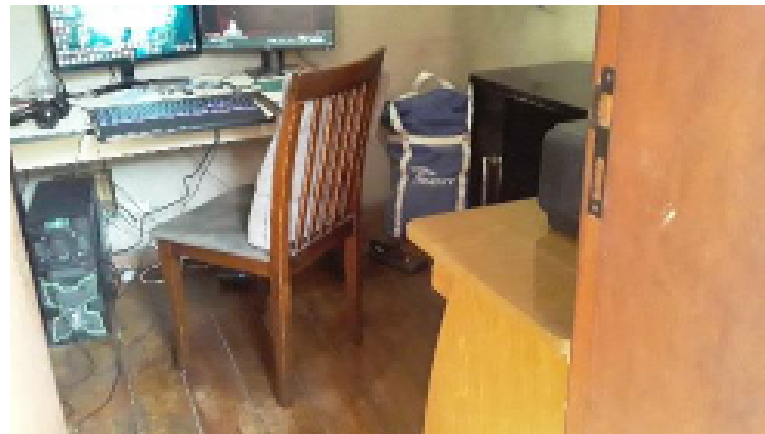
A Perícia Sócioeconômica

**BPC**

Idade do Filiado  
NIT:

CPF:

Nome:



NOME	Idade/ RG/CPF	Grau de parentesco, Escolaridade, Estado Civil	Atividade remunerada: se formal ou informal; nº da CTPS.	Renda	Benefício previdenciário ou assistencial? Valor e número do benefício
Periciada	37 anos CPF ██████████ MG ██████████	Autor Solteira Não assina	Nunca exerceu atividade laborativa CTPS ██████████ Série ██████.MG	Sem renda	Não se aplica
██████████ ██████████ ██████████	14/9/1965  56 anos CPF ██████████ MG ██████████	Genitora Casada 1º grau completo	Atividade informal: costureira CTPS ██████████ Série ██████.MG	Bainha: 5,00 Consertos: 10,00 Botões: 5,00	Não se aplica
██████████ ██████████ ██████████	CPF ██████████  ██████████ 63 anos MG ██████████	Genitor 2º grau Casado	Aposentado CTPS ██████████ Série ██████.MG	1.457,00	NB ██████████
██████████ ██████████	MG ██████████  ██████████ 19 anos CPF ██████████	Irmão Solteiro Estudante: engenharia da comutação	Estagiário CTPS ██████████ Série ██████.MG	1.000,00	Não se aplica



A Perícia Sócioeconômica

BPC

10) Qual o gasto médio mensal realizado pelo grupo familiar envolvendo, IPTU, Água, Luz, Telefone, Plano de Saúde, Transporte, Medicamentos, Alimentação e demais gastos básicos para a manutenção da família?

Gastos registrados conforme declarados pelos entrevistados: Sra. [REDACTED]  
Sr. [REDACTED] e Sr. [REDACTED].

Alimentação			Sacolão	96,00
			Açougue	40,00
			Supermercado	113,10
			Gás	105,00
Consultas/data e valor		Exames/data e valor		Medicamentos/Nota fiscal ou valor declarado
Incluídas no plano de saúde		Incluídos no plano de saúde		342,17
Moradia IPTU 2021			Casa própria 3.104,04	
Água 19/7/21			76,11	
Luz 27/7/21			210,55	
Telefones			44,99	
Internet e TV Assinada			123,83	
Plano de Saúde Unimed			694,43	
Quais são elas?	Qual a doença que acomete a cada uma?	Quais são os medicamentos usados?	Quanto custa	Como são obtidos
Periciada	Síndrome de Dow Hipertensão Cardiopatía congênita	Fraldas Citalopran Zolpidem AAS Levotiroxina Furosemida Puran T4	257,88 51,29 33,00	Farmácia popular. Anexo notas fiscais apresentadas
Transporte: não se aplica gastos.			Veículo [REDACTED] Sem condições de uso.	Passe Livre com direito a acompanhante
Mensalidade da faculdade do irmão				920,00



Das Condições Sócioeconômicas

BPC

NIT: CPF: Nome: A condição de deficiente é incontroversa.

Data de nascimento:

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp.		Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.
Indicadores:			A única renda do grupo familiar é composta pela aposentadoria do pai da Autora, informada no valor de R\$ 1.500,00, por mês, além da bolsa de estágio percebida pelo irmão estudante, totalizando cerca de R\$ 2.500,00, mensais.				
Indicadores:			Verifico, mais, que a renda mensal per capita da família é superior a ¼ de salário mínimo, aproximadamente R\$ 625,00.				
Remunerações			Verifico, não obstante, a partir do laudo pericial socioeconômico, que os gastos de manutenção do núcleo familiar, compreendendo despesas com itens básicos de sobrevivência, além de medicamentos diversos e fraudas necessárias para a parte autora, em razão de sua condição plenamente dependente, pessoa inclusive interditada, identifica que a família se encontra em situação de vulnerabilidade a merecer proteção em razão da situação de incapacidade e de dependência da assistida.	Competência	Remuneração	Indicadores	
	01/1999			04/1999	826,00		
	05/1999			09/1999	827,20		
	10/1999			12/1999	937,20		
Seq.	NIT	Código Emp.		Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.
Indicadores:			Por conseguinte, igualmente indevida a pretensão de restituição dos valores recebidos desde a data da concessão do benefício.				
Indicadores:			DISPOSITIVO				
Remunerações			Pelo exposto, julgo procedente o pedido da parte autora para:				
	01/2000		1. Condenar o INSS no restabelecimento do benefício de prestação continuada, a partir de quando cessado (NB- NB - 87-██████████).	03/2000	887,20		
	04/2000		2. Presentes os pressupostos materiais e processuais, decorrentes dos fundamentos que motivam esta sentença, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar o	06/2000	890,20		
	07/2000		restabelecimento do benefício de prestação continuada (NB - 87-██████████).	09/2000	1.483,68		
	10/2000		Providência a ser comprovada nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de quando	12/2000	1.022,39		
	01/2001		intimado o INSS desta sentença.	03/2001	968,89		

Identificação do Filiado

NIT:

CPF:

Nome:

e da mãe:



Poder Judiciário  
JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Minas Gerais  
Juízo Federal da 6ª Vara JEF de Belo Horizonte

PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Nº [REDAZIDO]/MG

AUTOR: [REDAZIDO]

RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

SENTENÇA

Trata-se de ação proposta por [REDAZIDO] contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, objetivando a concessão do benefício assistencial ao idoso.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.

Conforme dispõe a Lei n. 8.742/93, o benefício de prestação continuada é assegurado ao portador de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência nem de tê-la provida por sua família.

Preenchido o requisito etário, cinge-se a controvérsia à situação de miserabilidade necessária a amparar a pretensão autoral.

De acordo com o estudo socioeconômico, o grupo familiar é constituído pela autora e seu cônjuge; nenhum deles exerce atividade remunerada e sobrevivem do auxílio do governo no valor de R\$ 600,00 e da ajuda dos filhos.

Sobre as condições de moradia, a perita informou que o casal reside em imóvel próprio, construído em alvenaria e composto por 7 cômodos – sala, banheiro, três quartos, copa e cozinha. O imóvel se encontra em boas condições de uso e conservação para um padrão de vida modesto. Os móveis também estão em bom estado e a autora dispõe de utensílios e eletrodomésticos necessários à manutenção da vida diária. Ainda de acordo com o laudo, a autora possui três filhos que a auxiliam nas despesas com alimentação, telefone e internet.

Matrícula do Trabalhador	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.
--------------------------	-------------------------	-------------	----------	-------------

Concluiu a perícia que, de acordo com a situação aferida na residência, a periciada tem suas necessidades básicas devidamente supridas.

Analisada a situação fática dos autos, com respaldo nos elementos de prova apresentados, reputo não comprovada a hipossuficiência indispensável à concessão do benefício de prestação continuada. A requerente não vivencia situação de penúria, de miserabilidade extrema, de forma a justificar a intervenção estatal mediante a concessão do benefício em comento. Embora atendido o critério objetivo da renda, o que se verifica é que a autora e seu cônjuge têm suas necessidades básicas providas pela família, vivendo de forma digna e sem escassez dos recursos primordiais à subsistência.

Isto posto, **REJEITO O PEDIDO** aforado na presente demanda, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, Inciso I, do Novo Código de Processo Civil.

Defiro à parte autora os benefícios da justiça gratuita.

Sem custas ou honorários advocatícios (art. 55 da Lei n. 9.099/1995).

Havendo interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrrazões, no prazo de 10 dias. Em seguida, remetam-se os autos, independentemente de juízo de admissibilidade, a uma das duntas Turmas Recursais, nos termos do § 3º do art. 1.010 do CPC/2015.

Transitando livremente em julgado a presente sentença, e após as anotações de estilo, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Belo Horizonte/MG, data do registro.

# Respondendo as Perguntas

2/3



Grupo Familiar

BPC

NIT: CPF: Nome: Nome da mãe: Data de nascimento:

Relações Previdenciárias

Seq.	NIT	Código Emp.	Origem do Vínculo	Matrícula do Trabalhador	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.
Indicadores:								
O <b>Grupo Familiar</b> é composto pelo(a) requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.								
Remunerações								
Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
01/1999	816,00		02/1999	816,00		03/1999	816,00	
04/1999	816,00		05/1999	816,00		06/1999	816,00	
07/1999	816,00		08/1999	816,00		09/1999	816,00	
10/1999	827,20		11/1999	947,20		12/1999	937,20	

Seq.	NIT	Código Emp.	Origem do Vínculo	Matrícula do Trabalhador	Tipo Filiado no Vínculo	Data Início	Data Fim	Últ. Remun.
Indicadores:								
Remunerações								
Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores	Competência	Remuneração	Indicadores
01/2000	937,20		02/2000	887,20		03/2000	887,20	
04/2000	890,20		05/2000	890,20		06/2000	890,20	
07/2000	890,20		08/2000	890,20		09/2000	1.483,68	
10/2000	890,20		11/2000	1.047,58		12/2000	1.022,39	
01/2001	968,33		02/2001	968,89		03/2001	968,89	

**BPC**

Página 72 de 73



RELATÓRIO DE ANÁLISE DA FASE DE DEFESA - 22/08/2021

Interessado(a) [REDACTED]

**Assunto: Nota Técnica nº 1/2020/MC - Superação de renda**

Benefício nº: 88 / ~~XXXXXXXXXX~~ / Amparo Social Ao Idoso / Protocolo: ~~XXXXXXXXXX~~

1. A Previdência Social, após avaliação de que trata o art. 11 da Lei n.º 10.666, de 8 de maio de 2003, detectou irregularidade na manutenção do Benefício de Prestação Continuada que consiste na percepção de renda per capita do grupo familiar superior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo vigente, contrariando o contido no art. 20, § 3º, da Lei n.º 8.742/93, concomitante com o artigo 3º inciso IV, do Decreto n.º 6.214/2007.

2. A apuração do benefício está relacionada aos balimentos contínuos realizados pelo INSS e às informações prestadas pelo(a) titular (ou seu representante legal), estando o declarante sujeito às sanções previstas em lei nos casos de declaração falsa ou omissão de informação, de acordo com o art. 13 do Decreto n.º 6.214/2007.

3. Considerando que cabe ainda ao beneficiário, ou seu representante legal, manter atualizado o CadÚnico do beneficiário e de sua família, além de informar ao INSS das alterações de dados cadastrais ou da percepção de renda, conforme disposto nos artigos 12, 13 e 35-A do Decreto n.º 6.214/07.

4. Encaminhado o ofício de defesa, com base no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e decorrido o devido prazo legal, a defesa foi apresentada. O (A) titular/representante legal não modificou CadÚnico. No grupo familiar do CadÚnico consta: o (a) titular, que não possui renda comprovada; a esposa, Sra. [REDACTED], que recebe o amparo social ao idoso, B-88/[REDACTED], desde 12/04/2018 até presente data, sendo a MR 1 SM e o filho, [REDACTED], que possui recolhimentos como CI e possui vínculos trabalhista desde 02/05/2009 até presente data.

Foram anexados alguns documentos em referência à ACP Nacional, porém não houve apresentação completa dos documentos exigidos.

5. Após as devidas análises, entendemos pela:

manutenção irregular do benefício, havendo, portanto, a superação dos requisitos para a manutenção do benefício assistencial em análise, devendo os valores recebidos indevidamente serem devolvidos em razão da omissão da informação, de acordo com os artigos 47, 48 e 49 do Decreto n.º 6.214/2007. Foi realizado o levantamento do valor de R\$ **87.660,85** ( oitenta sete mil, seiscentos sessenta reais, oitenta cinco centavos ), referente ao período de 17/01/2015 a 31/07/2021, aplicada a prescrição quinquenal, corrigido monetariamente até esta data, conforme art 175 do Decreto n.º 3048/99.

6. Em relação ao Cadastro Único, requisito para manutenção do Benefício de Prestação Continuada, conforme disposto nos artigos 12 e 13 do Decreto n.º 6214/2007, observamos que deve ser informado e atualizado.

7. Diante do exposto, feitas as devidas considerações, **foi constatada a irregularidade**, além de períodos recebidos indevidamente, razão pela qual o benefício foi suspenso com encaminhamento de ofício, facultando à(o) interessada(o) prazo para recorrer da decisão ao Conselho de Recursos da Previdência Social.

**Matricula** .....

B88

# Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Restabelecimento de BPC

## Honorários Sucumbência 10% = R\$8.766,08

**4 a 8 meses até perícia judicial.**

$$R\$1412 \times 12 = R\$16.944 \times 30\% = \mathbf{R\$5.083,20}$$



4. PARECER SOCIAL

Ante tudo que foi exposto, as informações colhidas, as observações feitas in loco, verificou-se que o requerente não possui renda, é um idoso dependente com a saúde fragilizada e não dispõe de recursos financeiros próprios e necessários para garantir melhor qualidade de vida.

Haja vista que as únicas rendas do Grupo Familiar são do trabalho informal de **Adriana Maria de Menezes Costa**, no valor de R\$1.412,00 e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de **Adriana Maria de Menezes Costa** no valor de R\$1.412,00.

Rendas estas que não anulam o critério para garantir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao requerente, pois a renda per capta familiar (por pessoa da casa) deve ser inferior ou igual a 25% do salário mínimo vigente (R\$1.412,00), ou seja, cada morador da casa deve ter uma renda igual ou inferior de R\$353,00.

Desse modo, considerando o valor recebido pela moradora/neta **Glória**, a renda per capta dos quatro moradores é equivalente a R\$353,00.

Por sua vez, a renda de **Adriana Maria de Menezes Costa** não entra no cálculo da renda per capta em questão, pois a Portaria nº1.282, de 22 de março de 2021 estabeleceu que, não será computado para o cálculo da renda per capta familiar benefícios da Previdência Social de até um salário mínimo, de estágios, de Programas de Aprendizagem (Jovem Aprendiz), de Transferência de Renda como: Bolsa Família e de benefícios da Assistência Social como próprio BPC recebidos por outros membros da família.

Diante dos argumentos imbuídos, constatou-se vários critérios que concede o Benefício Assistencial pleiteado.

Assim, SUGERE-SE o restabelecimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para que **Adriana Maria de Menezes Costa** possa acessar e desfrutar de uma qualidade de vida melhor.

Desde já, se mantém à disposição para esclarecimentos que se façam necessários e que estejam ao alcance dessa Perita.

Cordialmente,  
**Adriana Maria de Menezes Costa**  
Assistente Social – **Adriana Maria de Menezes Costa** – 6ª Região/MG  
Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2024.

NÚMERO: 1001470-00.2020.4.00.0000  
REQUERENTE(S): **Adriana Maria de Menezes Costa**  
REQUERIDO(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra assinado(a), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

TIPO 1 - ACORDO DIRETO

INICIALMENTE: DA PROPOSTA DE ACORDO - DA AUSÊNCIA DE INTERESSE DO ENTE PÚBLICO EM CONTRAPROPOSTA EVENTUALMENTE FORMULADA PELA PARTE AUTORA.

1. O INSS se compromete a conceder/manter ativo o benefício postulado à parte autora, nos seguintes moldes:

BENEFÍCIO	BPC-LOAS DEFICIÊNCIA (RESTABELECIMENTO NB Nº5331273641)
DIB DO RESTABELECIMENTO (data do restabelecimento do benefício)	01/09/2021 (data da suspensão)
DIP (data de início do pagamento administrativo)	01/03/2024
COMPOSIÇÃO DOS ATRASADOS	ANO DO FATO GERADOR/VALOR TOTAL *Abaixo, composição detalhada.  R\$ 40.328,12
ATRASADOS	O valor total do acordo, acima indicado, corresponde a, aproximadamente, 95% dos valores devidos entre a data da cessação e a DIP, corrigidos monetariamente e com aplicação de juros de mora, a serem pagos por meio de RPV, abatidas as parcelas de benefícios inacumuláveis recebidos no interregno.
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	10% (dez por cento) sobre o valor da proposta de acordo, SALVO em se tratando de ação proposta perante o JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ou pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, ocasião em que NÃO HAVERÁ PAGAMENTO de honorários advocatícios.
COBRANÇA DO MOB	Será cancelada a cobrança do MOB.

Data Início Data Fim Últ. Remun.

Remuneração	Indicadores
826,00	
827,20	
937,20	

Data Início Data Fim Últ. Remun.

Remuneração	Indicadores
887,20	
890,20	
1.483,68	
1.022,39	
968,89	

# Respondendo as Perguntas

3/3

# Nos vemos na próxima aula!



**@oabjovem.mg**  
**@mimelocastro.adv**  
**@braiansantos.adv**



**@braiansantosadv**



**braiansantosadv.com.br**

*Braian Santos*